



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



ANEXO I-A ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

INTRODUÇÃO

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

Objeto: Contratação de empresa através da modalidade Pregão, na forma eletrônica, para prestação de serviços de publicidade via rádio, para atender as demandas da Administração quanto à publicação de atos oficiais dela, conforme especificações estabelecidas no Edital e no Termo de Referência.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

Fundamentação: Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público. (inciso I do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021).

A presente contratação visa atender às demandas recorrentes da Diretoria de Administração e Planejamento, por meio da modalidade de pregão, na forma eletrônica, para prestação de serviços de publicidade via rádio, para atender as demandas da Administração quanto à publicação de atos oficiais dela. A contratação tem como objetivo ampliar a divulgação de informações importantes e oficiais da Administração, como por exemplo, comunicados, avisos, campanhas em geral e a transmissão de notícias pertinentes para os munícipes. Os serviços deverão observar as especificações técnicas e quantitativos detalhados no Edital e no Termo de Referência. Portanto, levando em conta os fatores anteriormente mencionados, a realização de um estudo aprofundado sobre processo de contratação torna-se uma demanda essencial, sobre a perspectiva do interesse público.

2. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

Fundamentação: Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração; (inciso II do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)

A não elaboração do Plano Anual de Contratações (PCA) para o ano 2025 decorre das circunstâncias excepcionais que inviabilizaram a conclusão do plano no prazo estabelecido, conforme estipulado no Art. 12, inciso VII, da Lei nº 14.133/2021. Comprometemo-nos a fornecer informações detalhadas sobre as contratações realizadas e a programação de futuras contratações, reafirmando nosso compromisso com a transparência e princípios legais de gestão pública.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração; (inciso II do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)

Para a contratação pretendida, a empresa deverá atender a uma série de requisitos essenciais, visando garantir a regularidade, a capacidade técnica e a compatibilidade com os objetivos da Diretoria de Administração e Planejamento. Inicialmente, exige-se que a licitante comprove regularidade jurídica, fiscal e trabalhista, mediante apresentação de CNPJ ativo e compatível com o objeto da contratação, certidões negativas ou positivas com efeito de negativas relativas aos tributos federais, estaduais e municipais, bem como comprovação de regularidade junto ao FGTS, à Previdência Social e de inexistência de débitos trabalhistas, por meio da CNDT.

A empresa deverá comprovar também sua capacidade técnica para execução do objeto, apresentando atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que demonstrem experiência na prestação deste serviço ou de natureza semelhante.



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



Na proposta a contratada deverá responsabilizar-se por toda a logística necessária para a realização do serviço, incluindo transporte, alimentação, hospedagem (quando aplicável), e demais elementos relacionados à prestação do serviço.

O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da homologação do certame, podendo ser prorrogado conforme os termos da legislação vigente e desde que haja interesse da Administração Pública.

4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

Fundamentação: Estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala (inciso IV do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).

Conforme determina o inciso IV do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a administração pública, ao planejar contratações, deve realizar uma estimativa cuidadosa das quantidades a serem contratadas. Esta estimativa deve ser acompanhada de memórias de cálculo e de documentos que lhe confirmam suporte, considerando as interdependências com outras contratações para possibilitar economias de escala.

O quantitativo estimado para a contratação de serviços de transmissão/publicidade via rádio, para atender as demandas da Administração quanto à publicação de atos oficiais dela, foi calculado da seguinte forma: 15 spot x 30s (mínimo utilizado) x 6 (segunda à sábado) = 2.700s / 60s = 45 min, Sextas-feiras (11 às 12h) = 1h Semanalmente seriam 1h e 45 min x 4 (semanas no mês) x 12 (meses) = 84h. Foram inseridas 112 horas (33,34% a maior), pois 75% dessas horas (84h) já seriam utilizadas, cumprindo com a obrigatoriedade da utilização de 75% do valor do contrato.

A estimativa de quantidade leva em consideração os dados apresentados acima, além do histórico anterior de serviços prestados dentro do mês, uma vez que o processo anterior constava como unidade de medida “mês”.

Dessa forma, assegura-se a economicidade e a transparência, garantindo que os quantitativos sejam suficientes para suprir as necessidades do Município ao longo do período de vigência do contrato, sem comprometer o interesse público.

Esta abordagem estratégica não apenas assegura o atendimento das necessidades da administração pública de maneira eficaz e eficiente, mas também promove a utilização ótima dos recursos públicos, em conformidade com os princípios estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Conforme estabelecido pelo inciso V do § 1º do artigo 18 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o planejamento para contratações públicas deve incluir um levantamento de mercado detalhado. Este levantamento visa analisar as alternativas disponíveis e fornecer uma justificativa técnica e econômica robusta para a escolha do tipo de solução a ser contratada.

Com a finalidade de subsidiar a elaboração do Termo de Referência e a definição dos valores estimados para a contratação, foi realizado levantamento de mercado junto ao sítio eletrônico Banco de Preços.

A consulta de preços foi feita por meio de cotação formal, em plataforma digital especializada, obtendo dados constantes em contratações similares realizadas por outros entes públicos. Foram analisados fatores como valor cobrado por hora, custos com inserções diárias, custos com valor fixo mensal.

O comparativo dos preços coletados permitiu estabelecer uma média referencial do serviço e ressalta-se que os valores estimados não representam obrigação de contratação integral, sendo apenas uma projeção necessária para fins de planejamento orçamentário.

Esse levantamento visa garantir a compatibilidade dos valores com os praticados no mercado, a viabilidade técnica e financeira da contratação e o cumprimento dos princípios da economicidade, eficiência e legalidade que regem a Administração Pública.

O levantamento de mercado, seguido de uma justificativa técnica e econômica criteriosa, é fundamental para assegurar que a escolha do tipo de solução a contratar esteja alinhada com as melhores práticas, promova a eficiência da gestão pública e resulte na alocação otimizada dos recursos disponíveis. Esta abordagem, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, garante a transparência, a competitividade e a obtenção do valor mais vantajoso para a administração pública. A conclusão levou a uma consideração que



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



o valor mensal será mais adequado ao município visto ao estabelecimento fixo de quantitativo de inserções mensal, o que fixa uma demanda não variável.

6. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação (art. 18, inciso VI do § 1º da Lei 14.133/21).

Pesquisa de mercado realizada nos termos da lei federal 14.133/2021, com cotação realizada em sistemas eletrônicos de apuração de valores de mercado se justifica pela abrangência dos profissionais referente aos serviços prestados.

BANCO DE PREÇOS (NP CAPACITAÇÕES E SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA) CNPJ 07.797.967/0001-95 - Valor total: R\$ 1.899,55, TOTALIZANDO R\$22.794,60.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Fundamentação: Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso. (inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)

Em observância ao inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, esta fundamentação detalha a solução contratada em sua totalidade, abrangendo não apenas as especificações técnicas e funcionais dos serviços, mas também as obrigações relacionadas à manutenção e assistência técnica necessárias para garantir a continuidade e a eficácia da solução ao longo do tempo.

A presente contratação, por meio de pregão eletrônico, tem como objetivo viabilizar a prestação de serviços de publicidade via rádio, para atender as demandas da Administração quanto à publicação de atos oficiais dela. A contratação tem como objetivo ampliar a divulgação de informações importantes e oficiais da Administração, como por exemplo, comunicados, avisos, campanhas em geral e a transmissão de notícias pertinentes para os municípios. A solução proposta atende as necessidades da administração, conforme as especificações técnicas constantes no Edital e no Termo de Referência.

A estrutura da contratação prevê que o serviço seja prestado de forma mensal, de acordo com as necessidades que surgirem ao longo da vigência do contrato, respeitando os pedidos da Diretoria de Administração e Planejamento. As empresas registradas deverão estar aptas a atender prontamente às convocações da Administração, ofertando os serviços dentro dos padrões de qualidade exigidos e nos prazos estipulados.

Com essa abordagem, busca-se garantir agilidade, padronização e controle nos processos de contratação, ao mesmo tempo em que se assegura a publicidade dos atos e informações relevantes para todo o Município. Esta descrição integral evidenciam o comprometimento do Município com a contratação de uma solução que não apenas atenda às suas necessidades imediatas mas também garanta sua eficácia e eficiência a longo prazo, em conformidade com os princípios e diretrizes estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021.

8. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

Fundamentação: Justificativas para o parcelamento ou não da solução. (inciso VIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso VII da Portaria Municipal nº 31/2023).

O objeto a ser contratado não é passível de divisão, sendo, portanto, o julgamento por preço global.

9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Fundamentação: Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis; (inciso IX do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)

Em conformidade com o inciso IX do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, este documento delinea os resultados que se pretende alcançar através da contratação proposta, destacando a busca pela economicidade e pelo melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis.



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



Adicionalmente, estabelece-se como meta a promoção da efetividade e do desenvolvimento nacional sustentável.

A presente contratação visa alcançar resultados significativos no fortalecimento das políticas públicas comunicação do Município. Espera-se, com a realização deste serviço que haja ampla recepção das informações, uma vez que o meio de comunicação descrito, a rádio, é um meio de comunicação acessível e de grande alcance, permitindo que a divulgação dos atos oficiais e relacionados, cheguem a um público diverso, incluindo pessoas com menos acesso a outros meios de comunicação, como o eletrônico.

Por fim, pretende-se aprimorar a gestão administrativa, quanto a publicidade, com a adoção de critérios técnicos e administrativos que assegurem maior transparência, padronização e responsabilidade na divulgação de seus atos.

A contratação proposta está desenhada para não apenas melhorar a gestão dos recursos municipais de forma imediata, mas também para contribuir para objetivos de maior alcance, como a efetividade administrativa e o desenvolvimento sustentável. A busca pela economicidade se harmoniza com a promoção do bem-estar dos servidores, a inovação tecnológica e a sustentabilidade ambiental, assegurando que os resultados pretendidos reforcem o compromisso do município com a eficiência, a equidade e a responsabilidade social e ambiental.

10. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Nos termos do art.18, inciso X da Lei 14.133/2021, não existe providências prévias para assinatura do contrato correspondente a essa contratação.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Fundamentação: Contratações correlatas e/ou interdependentes. (inciso XI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).

Em observância ao inciso XI do § 1º do artigo 18 da Lei nº 14.133/2021, cumpre-nos informar que, após uma análise detalhada do escopo e das necessidades específicas da contratação em questão, concluiu-se que não existem contratações correlatas e/ou interdependentes a serem consideradas. Esta decisão baseia-se na avaliação de que a natureza e os requisitos do serviço contratado são autossuficientes e não requerem a execução conjunta ou a dependência de outros contratos ou serviços externos para a sua efetiva implementação e funcionamento. Assim, este processo de contratação mantém-se focado exclusivamente no objeto principal, garantindo clareza e eficiência na gestão e execução do mesmo.

12. IMPACTOS AMBIENTAIS

Fundamentação: Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável. (inciso XII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)

Após uma minuciosa análise e avaliação conduzida no contexto da presente contratação, conforme orienta o inciso XII do § 1º do artigo 18 da Lei nº 14.133/2021, verificou-se que a execução deste contrato não acarretará impactos ambientais significativos. Esta conclusão decorre da natureza específica do serviço contratado, que, por suas características, não demanda o consumo intensivo de energia ou de outros recursos naturais, nem envolve processos que resultem na geração de bens ou refugos passíveis de logística reversa para desfazimento e reciclagem. Assim, confirmamos a ausência de impactos ambientais diretos decorrentes da implementação e operacionalização do serviço em questão, reiterando nosso compromisso com a sustentabilidade e a proteção ambiental.

13. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina. (inciso XIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



Diante do exposto, a contratação do serviço pretendido mostra-se dotada de viabilidade técnica, operacional e orçamentária, estando também adequada à necessidade identificada na demanda de contratação.

São Geraldo/MG, 11 de agosto de 2025.

DANIELA DE FREITAS MEIRELES
CHEFE DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS